

Equipe econômica explica as contas para 2000 a investidores estrangeiros

Durante teleconferência, maior preocupação foi o débito da Previdência

Roberto Stuckert/09-04-98

• BRASÍLIA. Em teleconferência realizada ontem com a participação de 288 investidores estrangeiros, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, disse que a previdência do setor privado é o ponto mais preocupante do ajuste das contas públicas. Esse foi o tema mais discutido pelos investidores, que também quiseram saber sobre a trajetória do dólar e sobre o programa de privatizações.

O secretário-executivo do ministério, Amaury Bier, também presente, explicou que a taxa média de câmbio usada para fazer as projeções do Orçamento de 2000 foi de R\$ 1,80. Na estimativa do Governo, o dólar deve começar o ano valendo R\$ 1,75 e será corrigido ao longo do ano pela diferença entre a inflação interna e externa. Bier fez questão de avisar, porém, que essa trajetória é apenas uma hipótese, e não significa qualquer compromisso da equipe econômica.

Problema da Previdência depende do Congresso

Segundo Amadeo, o problema da Previdência só será resolvido com a aprovação dos projetos de lei que o Governo já enviou ao Congresso. O déficit no pagamento das aposentadorias do INSS está estimado em R\$ 9,5 bilhões para este ano e R\$ 9,9 bilhões em 2000, sendo considerado a principal ameaça à consolidação do ajuste fiscal.



AMAURY BIER: dólar a R\$ 1,75 é hipótese, não um compromisso

Bier e Amadeo também deram detalhes sobre as privatizações. No ano que vem, o Governo espera arrecadar R\$ 20,3 bilhões com a privatização de Furnas, Chesf, Eletro-norte, do pagamento de mais uma parcela da Telebrás, além de ações que sobraram da privatização da Companhia Vale do Rio Doce e das ações do Governo que excedem o controle acionário da Petrobras. Os recursos serão utilizados para abater a dívida pública. Para este ano, a expectativa é arrecadar R\$ 12,9 bilhões com as privatizações do Banespa, IRB e parte de Furnas.

Bier explicou que em agosto o Governo deixa de controlar os preços de venda de gasolina e diesel. Ele garantiu aos investidores que há diversas opções para manter a receita de R\$ 3,5 bilhões prevista com a venda de combustíveis. Uma delas é a criação de um imposto sobre esses produtos para garantir a receita.

Pelos cálculos do Governo deixarão de ser arrecadados R\$ 16,3 bilhões, que serão cobertos em 2000, principalmente com o aumento das receitas gerado pelo crescimento da economia e pela cobrança da CPMF durante o ano inteiro. ■